A SICC, a mediação e a Convenção de Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um centro financeiro precisa de mais do que bancos, fundos e family offices. Precisa de um lugar onde os litígios gerados por suas operações possam ser decididos de forma justa, rápida e numa forma que os bens da parte vencida respeitem. O capítulo anterior examinou o lado arbitral dessa infraestrutura, que fez de Singapura uma das principais sedes do mundo. Este capítulo volta-se para os outros dois pilares que Singapura construiu na década seguinte a 2013: um tribunal comercial internacional composto em parte por juízes estrangeiros e um quadro de mediação que leva o nome da cidade ao direito internacional dos tratados. Em seguida, pergunta como as sentenças obtidas em Singapura podem ser executadas onde os bens efetivamente se encontram.

Os três temas formam um conjunto. A Singapore International Commercial Court, o Singapore International Mediation Centre e a Convenção de Singapura sobre Mediação foram concebidos com poucos anos de diferença entre si, pelo mesmo pequeno grupo de juízes, autoridades e profissionais. Cada um responde a uma fraqueza diferente da arbitragem: a falta de recurso, o custo, a confidencialidade e a dificuldade com terceiros. Juntamente com o Singapore International Arbitration

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Centre, permitem que uma parte escolha a forma de resolução de disputas adequada à operação, permanecendo num só sistema jurídico, numa só cidade e num só idioma.

O volume sobre Genebra descreve uma cidade cuja reputação como lugar do direito assenta na arbitragem do *Alabama* de 1872, nas organizações internacionais e numa lei de arbitragem moderna. Genebra não tem tribunal comercial internacional próprio e ainda debatia a criação de um em 2026. Singapura seguiu o caminho inverso. Decidiu cedo que um centro financeiro com ambições na Ásia precisava de um tribunal concebido para partes estrangeiras. A cidade deveria também tornar-se o ponto de referência da mediação internacional. A comparação no fim deste capítulo mostra o que cada abordagem oferece a clientes que têm bens nos dois lugares.

O essencial

A Singapore International Commercial Court (SICC) foi inaugurada em 5 de janeiro de 2015 como divisão da High Court. Julga litígios comerciais internacionais que as partes lhe submetem por escrito, casos transferidos da General Division, pedidos relacionados à arbitragem e matérias de insolvência transfronteiriça. Sua composição reúne juízes de Singapura e 26 International Judges de jurisdições de common law e de direito civil. Advogados estrangeiros registrados podem atuar em casos offshore e em questões de direito estrangeiro. O Singapore International Mediation Centre, fundado em novembro de 2014, oferece mediação vinculada à arbitragem (Arb-Med-Arb) e ao contencioso perante a SICC (Lit-Med-Lit). A Convenção de Singapura sobre Mediação, aberta à assinatura em Singapura em 7 de agosto de 2019, torna os acordos internacionais resultantes de mediação diretamente exequíveis em suas 25 partes. As sentenças da SICC circulam por meio da Convenção da Haia sobre Acordos de Eleição de Foro, do Reciprocal Enforcement of Foreign Judgments Act e de uma rede de memorandos de orientação (memoranda of guidance) com tribunais estrangeiros.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com